

MULTIDÕES QUEER – Notas para uma política dos “anormais”

Beatriz Preciado

Este artigo trata da formação dos movimentos e das teorias queer, da relação que mantém com os feminismos e do uso político que fazem de Foucault e de Deleuze. Analisa também as vantagens teóricas e políticas que a noção de “multidões” aporta para a teoria e o movimento queer, em lugar da noção de “diferença sexual”. À diferença do que ocorre nos EUA, os movimentos queer na Europa se inspiram nas culturas anarquistas e nas emergentes culturas transgênero para se opor ao “Império Sexual”, especialmente por meio de uma des-ontologização das políticas e das identidades. Já não há uma base natural (“mulher”, “gay”, etc.) que possa legitimar a ação política. O que importa não é a “diferença sexual” ou a “diferença d@s homossexuais”, mas as multidões queer. Uma multidão de corpos: corpos transgêneros, homens sem pênis, bolachas lobas, ciborgues, femmes butchs, maricas lésbicas... A “multidão sexual” aparece como o sujeito possível da política queer.

.....
À memória de Monique Witting

“Entramos numa época em que as minorias do mundo começam a se organizar contra os poderes que as dominam e contra todas as ortodoxias” Felix Guattari, *Recherches (Trois Milliards de Pervers)*, 1973.

A sexopolítica é uma das formas dominantes da ação biopolítica no capitalismo contemporâneo. Com ela o sexo (os órgãos chamados “sexuais”, as práticas sexuais e também os códigos da masculinidade e da feminilidade, as identidades sexuais normais e desviantes) faz parte dos cálculos do poder, fazendo dos discursos sobre o sexo e as tecnologias de normalização das identidades sexuais um agente de controle sobre a vida.

Ao distinguir entre “sociedades soberanas” e “sociedades disciplinares” Foucault já havia assinalado a passagem, que ocorre na época moderna, de uma forma de poder que decide sobre a morte e a ritualiza, para uma nova forma de poder que calcula tecnicamente a vida em termos de população, de saúde ou de interesse nacional. Por outro lado, precisamente neste momento aparece a nova separação homossexual/heterossexual. Trabalhando na linha iniciada por Audre Lorde (1), Ti-Grace Atkinson (2) e o manifesto “The-Woman-Identified-Woman” (3) das “Radicalesbians”, Witting chegou a descrever a heterossexualidade não como uma prática sexual mas como um regime político (4), que participa da administração dos corpos e da gestão calculada da vida, ou seja, como parte da “biopolítica” (5). Uma leitura cruzada de Witting e de Foucault permitiu no começo dos anos 80 que desse uma definição da heterossexualidade como tecnologia bio-política destinada a produzir corpos héteros (straight).

O império sexual

A noção de sexopolítica tem em Foucault seu ponto de partida, questionando sua concepção da política segundo a qual o biopoder só produz disciplinas de normalização e determina formas de subjetivação. A partir das análises de Maurizio Lazzarato (6) que distingue o biopoder da potência da vida, podemos compreender os corpos e as identidades dos anormais como potências políticas e não simplesmente como efeitos dos discursos sobre o sexo. Isto significa que se deve acrescentar diversos capítulos à história da sexualidade inaugurada por Foucault. A evolução da sexualidade moderna está diretamente relacionada com o surgimento do que se poderia denominar o novo “Império Sexual” (para ressexualizar o Império de Hardt e Negri). O sexo (os órgãos sexuais, a capacidade de reprodução, os papéis sexuais nas disciplinas modernas...) é o correlato do capital. A sexopolítica não pode se restringir à regulação das condições de reprodução da vida, nem aos processos biológicos que “interessam à população”. O corpo hétero (straight) é o produto de uma divisão do trabalho da carne segundo a qual cada órgão é definido por sua função. Toda sexualidade implica sempre uma territorialização precisa da boca, da vagina, do ânus. Deste modo, o pensamento heterocentrado assegura o vínculo estrutural entre a produção da identidade de gênero e a produção de certos órgãos como órgãos sexuais e reprodutores. Capitalismo sexual e sexo do capitalismo. O sexo do ser vivo se converte em um objeto central da política e da governabilidade.

Em realidade, a análise foucaultiana da sexualidade depende em demasia de certa idéia da disciplina do século XIX. Apesar de conhecer os movimentos feministas americanos, a subcultura S/M ou o FHAR na França, nada disso o levou realmente a analisar a proliferação das tecnologias do corpo sexual no século XX: medicalização e tratamento das crianças intersexuais, gestão cirúrgica da transexualidade, reconstrução e “aumento” da masculinidade e da feminilidade normativas, regulação do trabalho sexual pelo Estado, boom das indústrias pornográficas... Sua rejeição da identidade e da militância gay o levará se inventar uma retro-ficção à sombra da Grécia Antiga. No entanto, nos anos 50, assistimos a uma ruptura no regime disciplinar do sexo. Anteriormente, e como continuação do século XIX, as disciplinas biopolíticas funcionavam como uma máquina para naturalizar o sexo. Mas esta máquina não era legitimada pela “consciência”. Mas o será por médicos como John Money quando começa a utilizar a noção de “gênero” para abordar a possibilidade de modificar cirúrgica e hormonalmente a morfologia sexual das crianças intersexuais e as pessoas transexuais. Money é o Hegel da história do sexo. Esta noção de gênero constitui um primeiro momento de reflexão (e uma mutação irreversível em relação ao século XIX). Com as novas tecnologias médicas e jurídicas de Money, as crianças “intersexuais”, operadas ao nascerem ou tratadas durante a puberdade, se convertem em minorias construídas como “anormais” em benefício da regulação normativa do corpo da massa straight (heterocentrada). Esta multiplicidade dos anormais é a potência que o Império Sexual tenta regular, controlar, normalizar.

O “pós-moneísmo” é para o sexo o que o pós-fordismo é para o capital. O Império dos normais desde os anos 50 depende da produção e da circulação em grande velocidade dos fluxos de silicone, fluxos de hormônios, fluxo textual, fluxo das representações, fluxo das técnicas cirúrgicas, e, em definitivo, fluxo de gêneros. Obviamente, nem tudo circula de

maneira constante, e além disso nem todos os corpos obtêm os mesmos benefícios desta circulação: a normalização contemporânea do corpo se baseia nesta circulação diferenciada dos fluxos de sexualização.

Isto nos recorda oportunamente que o conceito de “gênero” foi antes de tudo uma noção sexopolítica antes de se converter em uma ferramenta teórica do feminismo americano. Não é por acaso que nos anos 80, no debate que opunha as feministas “construtivistas” às feministas “essencialistas”, a noção de “gênero” vai se converter na ferramenta teórica fundamental para conceitualizar a construção social, a fabricação social e cultural da diferença sexual, frente à reivindicação da “feminilidade” como substrato natural, como forma de verdade ontológica.

Política das multidões queer

O gênero deixou de ser uma noção a serviço de uma política de reprodução da vida sexual para ser o signo de uma multidão. O gênero não é o efeito de um sistema fechado de poder, nem uma idéia que atua sobre a matéria passiva, mas o nome do conjunto de dispositivos sexopolíticos (desde a medicina até a representação pornográfica, passando pelas instituições familiares) que serão o objeto de reapropriação pelas minorias sexuais. Na França a manifestação do 1º de maio de 1970, o número 12 de *Tout e o de Recherches* (*Trois Millards de Pervers*), o Movimento de antes do MLF, o FHAR e as terroristas das *Gouines Rouges* (Bolachas Vermelhas) constituem uma primeira ofensiva dos “anormais”.

O corpo não é um dado passivo sobre o qual atua o biopoder, mas mais exatamente a potência mesma que torna possível a incorporação prostética dos gêneros. A sexopolítica não é apenas um lugar de poder, mas sobretudo o espaço de uma criação onde se sucedem e se justapõem os movimentos feministas, homossexuais, transexuais, intersexuais, transgêneros, chicanas, pós-coloniais... As minorias sexuais se convertem em multidões. O monstro sexual que tem por nome multidão se torna queer.

O corpo da multidão queer aparece no centro do que poderíamos chamar, para retomar uma expressão de Deleuze/Guattari, de um trabalho de “desterritorialização” da heterossexualidade. Uma desterritorialização que afeta tanto o espaço urbano (portanto, se haveria de falar de desterritorialização do espaço majoritário, e não de gueto) como o espaço corporal. Este processo de “desterritorialização” do corpo supõe uma resistência aos processo de chegar a ser “normal”. O fato de que haja tecnologias precisas de produção de corpos “normais” ou de normalização dos gêneros não acarreta um determinismo nem uma impossibilidade de ação política. Pelo contrário. Dado que a multidão queer traz consigo mesma, como fracasso ou resíduo, a história das tecnologias de normalização dos corpos, ela tem também a possibilidade de intervir nos dispositivos biotecnológicos de produção de subjetividade sexual.

Isto é concebível à condição de se evitar duas armadilhas conceituais e políticas, duas leituras (equivocadas mas possíveis) de Foucault. Deve-se evitar a segregação do espaço político que converteria as multidões queer numa espécie de margem ou de reserva de transgressão. Não se deve cair na armadilha da leitura liberal ou neo-conservadora de Foucault que levaria a conceber as multidões queer como algo oposto às estratégias identitárias, tomando a multidão como uma acumulação de indivíduos soberanos e iguais perante a lei, sexualmente irreduzíveis, proprietários de seus corpos e que reivindicariam seu direito inalienável ao prazer. A primeira leitura tende a uma apropriação da potência política dos anormais numa ótica de progresso, a segunda silencia os privilégios da maioria e da normalidade (hetero)sexual, que não reconhece que é uma identidade dominante. Tendo isso em conta, os corpos já não são dóceis. “Des-identificação” (para retomar a formulação de De Laurentis), identificações estratégicas, reconversão das tecnologias do corpo e desontologização do sujeito da política sexual, estas são algumas das estratégias políticas das multidões queer.

Des-identificação. Surge das bolachas que não são mulheres, das bichas que não são homens, dos trans que não são homens nem mulheres. Neste sentido, se Witting foi recuperada pelas multidões queer é precisamente porque sua declaração “as lésbicas não são mulheres” é um recurso que permite combater por meio da des-identificação a exclusão da identidade lésbica como condição de possibilidade da formação do sujeito político do feminismo moderno. Identificações estratégicas. Identificações negativas como “bolachas” ou “bichas” se converteram em lugares de produção de identidades que resistem à normalização, que desconfiam do poder totalitário, das chamadas à “universalização”. Influenciadas pela crítica pós-colonial, as teorias queer dos anos 90 têm utilizado os enormes recursos políticos da identificação “gueto”, identificações que iriam ter um novo valor político, dado que pela primeira vez os sujeitos do enunciado eram as próprias bolachas, as bichas, os negros e as pessoas transgênero. Àqueles que ventilam a ameaça da guetização, os movimentos e as teorias queer respondem com estratégias ao mesmo tempo hiper-identitárias e pós-identitárias. Fazem um uso radical dos recursos políticos da produção performativa das identidades desviadas. A força de movimentos como Act Up, Lesbian Avengers ou as Radical Fairies deriva de sua capacidade para utilizar suas posições de sujeitos “abjetos” (esses “maus sujeitos” que são os soropositivos, as bolachas, as bichas) para fazer disso lugares de resistência ao ponto de vista “universal”, à história branca, colonial e hétero do “humano”.

Felizmente, estas multidões não compartilham da desconfiança – insistimos nisso – de Foucault, Witting e Deleuze em relação à identidade como lugar de ação política, apesar de suas diferentes formas de analisar o poder e a opressão. No começo dos anos 70, o Foucault francês se distancia do FHAR devido ao que ele chama de “tendência à guetização”, enquanto o Foucault americano parecia gostar muito das “novas formas de corpos e prazeres” que as políticas da identidade gay, lésbica e S/M haviam produzido no bairro de Castro, o “gueto” de São Francisco. Por sua vez, Deleuze criticava o que denominava uma identidade “homossexual molar”, porque pensava que promovia o gueto gay, para idealizar a “homossexualidade molecular” que lhe permitia fazer das “boas” figuras homossexuais, desde Proust até o “travesti afeminado”, exemplos paradigmáticos do processo de “devir mulher” que estava no centro de sua agenda política. Isso inclusive

lhe permitiria dissertar sobre a homossexualidade em vez de se questionar suas próprias premissas heterossexuais (7). Quanto a Witting, podemos nos perguntar se sua adesão à posição do “escritor universal” impediu que a riscassem da lista dos “clássicos” da literatura francesa depois da publicação de *Le Corps Lesbien* em 1973. Está claro que não, quando vemos que como o jornal *Lê Monde* se apressava em mudar o título original de sua nota necrológica, por “Monique Witting, a apologia do lesbianismo” encabeçado pela palavra “Desaparecimentos”. (8)

Reconversão (*détournement*) das tecnologias do corpo. Os corpos das multidões queer são também reapropriações e reconversões dos discursos da medicina anatômica e da pornografia, entre outros, que construíram o corpo hétero e o corpo desviado modernos. A multidão queer não tem a ver com um “terceiro sexo” ou um “mais além dos gêneros”. Dedicar-se à reapropriação das disciplinas dos saberes/poderes sobre os sexos, à rearticulação e a reconversão das tecnologias sexopolíticas concretas de produção dos corpos “normais” e “desviados”. A diferença das políticas “feministas” ou “homossexuais”, a política da multidão queer não se baseia em uma identidade natural (homem/mulher), nem em uma definição baseada nas práticas (heterossexuais/homossexuais), mas em uma multiplicidade de corpos que se levantam contra os regimes que os constroem como “normais” ou “anormais”: são as drag-king, as bolachas lobas, as mulheres barbudas, os trans-bichas sem pênis, os deficientes-ciborg... O que está em jogo é como resistir ou como reconverter as formas de subjetivação sexopolíticas.

Esta reapropriação dos discursos de produção de poder/saber sobre o sexo é um abalo epistemológico. Em sua introdução programática ao famoso número de *Recherches* sem dúvida inspirado pelo FHAR, Guattari descreve esta mutação nas formas de resistência e de ação política: “o objeto deste número – as homossexualidades hoje na França – não podia ser abordado sem por em questão os métodos rotineiros de investigação nas ciências humanas que, sob o pretexto da objetividade, tentam estabelecer uma distância máxima entre o investigador e seu objeto (...). A análise institucional, pelo contrário, implica um descentramento radical do enunciado científico. Mas para isso não basta ‘dar a palavra’ aos sujeitos implicados – o que às vezes é uma iniciativa formal, quase jesuítica – senão que, além disso, deve-se criar as condições de um exercício total, paroxístico, deste enunciado (...). Maio de 68 nos ensinou a ler nos muros e depois começamos a decifrar os grafites nas prisões, nos asilos e hoje nos banheiros. Resta refazer todo um ‘novo espírito científico’” (9). A história destes movimentos políticos-sexuais pós-moneístas é a história desta criação das condições de um exercício total do enunciado, a história de uma virada da força performativa dos discursos, e de uma reapropriação das tecnologias sexopolíticas de produção dos corpos dos “anormais”. A conquista da palavra pelas minorias queer é um acontecimento não tanto pós-moderno como pós-humano: uma transformação na produção e na circulação dos discursos nas instituições modernas (da escola à família, passando pelo cinema ou pela arte) e uma mutação dos corpos.



Desontologização do sujeito da política sexual. Nos anos 90 uma nova geração surgida dos próprios movimentos identitários começou a redefinir a luta e os limites do sujeito político “feminista” e “homossexual”. No plano teórico, esta ruptura tomou inicialmente a forma de um retorno crítico acerca do feminismo, realizado pelas lésbicas e pós-feministas americanas, apoiando-se em Foucault, Derrida e Deleuze. Reivindicando um movimento pós-feminista ou queer, Teresa de Laurentis (10), Donna Haraway (11), Judith Butler (12), Judith Halberstam (13), nos EUA, Marie-Hélène Bourcier (14) na França, e lésbicas chicanas como Gloria Anzaldúa (15) ou feministas negras como Barbara Smith (16) e Audre Lorde criticarão a naturalização da noção de feminilidade que inicialmente havia sido a fonte de coesão do sujeito do feminismo. Havia se iniciado a crítica radical do sujeito unitário do feminismo, colonial, branco, derivado da classe média-alta e dessexualizado. As multidões queer não são pós-feministas porque queiram ou desejem agir sem o feminismo. Pelo contrário. São o resultado de uma confrontação reflexiva do feminismo com as diferenças que este apagava para favorecer um sujeito político “mulher” hegemônico e heterocentrado.

Quanto aos movimentos de liberação de gays e lésbicas, dado que seu objetivo é a obtenção da igualdade de direitos e que para isso se baseiam em concepções fixas da identidade sexual, contribuem para a normalização e a integração dos gays e lésbicas na cultura heterossexual dominante, o que favorece as políticas pró-família, tais como a reivindicação do direito ao matrimônio, à adoção e à transmissão do patrimônio. Algumas minorias gays, lésbicas, transexuais e transgêneros reagiram e reagem hoje contra esse essencialismo e essa normalização da identidade homossexual. Surgem vozes que questionam a validade da noção de identidade sexual como único fundamento da ação política; contra isso propõem uma proliferação de diferenças (de raça, de classe, de idade, de práticas sexuais não normativas, de deficiência física). A noção medicalizada de homossexualidade que data do século XIX e que define a identidade pelas práticas sexuais é abandonada em favor de uma definição política e estratégica das identidades queer. A homossexualidade tão bem controlada e produzida pela *scientia sexualis* do século XIX foi dinamitada; se viu transbordada por uma multidão de “maus sujeitos” queer.

A política das multidões queer advém de uma posição crítica em relação aos efeitos normalizadores e disciplinares de toda formação identitária, de uma desontologização do sujeito da política das identidades: não há uma base natural (“mulher”, “gay”, etc.) que

possa legitimizar a ação política. Não tem por objetivo a liberação das mulheres da “dominação masculina”, como queria o feminismo clássico, porque não se baseia na “diferença sexual”, sinônimo de uma divisão fundamental da opressão (transcultural, transhistórica) baseada em uma diferença de natureza que deveria estruturar a ação política. A noção de multidão queer se opõe a de “diferença sexual”, tal como foi explorada tanto nos feminismos essencialistas (de Irigaray a Cixous, passando por Kristeva) como pelas variantes estruturalistas ou lacanianas do discurso da psicanálise (Roudinesco, Hérítier, Théry...). Opõe-se às políticas paritárias derivadas de uma noção biológica da “mulher” ou da “diferença sexual”. Opõe-se às políticas republicanas universalistas que permitem o “reconhecimento” e impõem a “integração” das “diferenças” no seio da República. Não há diferença sexual, mas uma multidão de diferenças, uma transversalidade das relações de poder, uma diversidade das potências de vida. Estas diferenças não são “representáveis”, uma vez que são “monstruosas” e põem em questão, por isso mesmo, não apenas os regimes de representação política mas também os sistemas de produção de saber científico dos “normais”. Neste sentido as políticas das multidões queer se opõem tanto às instituições políticas tradicionais que se apresentam com soberanas e universalmente representativas, como às epistemologias sexopolíticas heterocentradas que dominam ainda a produção da ciência.

Notas

1. Audre Lorde, *Sister Outsider*, California, Crossing Press, 1984.
2. Ti-Grace Atkinson, « Radical Feminism », in: *Notes from the Second Year*, New York, Radical Feminism, 1970, pp. 32-37 ; Ti-Grace Atkinson, *Amazon Odyssey*, New York, Links, 1974.
3. Radicalesbians, « The Woman-Identified Woman », in Anne Koedt, dir. *Notes from the Third Year*, New York, 1971.
4. Monique Wittig, *La pensée straight*, traduction Marie-Hélène Bourcier, Paris, Balland, 2001.
5. Michel Foucault, *Histoire de la sexualité, Tome I*, Paris, Gallimard, 1976, p. 177.
6. Maurizio Lazzarato, *Puissances de l'invention. La psychologie économique de Gabriel Tarde contre l'économie politique*, Paris, Les Empêcheurs de penser en rond, 2002.
7. Pour une analyse détaillée de cette utilisation des tropes homosexuels, cf. le chapitre intitulé « Deleuze ou l'amour qui n'ose pas dire son nom » dans *Manifeste Contrasexuel*, Paris, Balland, 2000.
8. Le Monde, sábado, 11 de janeiro de 2003.
9. Félix Guattari, *Recherches*, « Trois milliards de pervers », publié en mars 1973, pp.2-3.

10. Teresa De Lauretis, *Technologies of Gender. Essays on Theory, Film, and Fiction*, Bloomington, Indiana University Press, 1987.
11. Donna Haraway, *Simians, Cyborgs, and Women, The Reinvention of Nature*, New York, Routledge, 1991.
12. Judith Butler, *Gender Trouble*, New York, Routledge, 1990.
13. Judith Halberstam, *Female Masculinity*, Durham, Duke University Press, 1998.
14. Marie-Hélène Bourcier, *Queer Zones, politiques des identités sexuelles, des représentations et des savoirs*, Paris, Balland, 2001.
15. Gloria Andalzua, *Borderlands/La Frontera : The New Mestiza*, San Francisco, Spinster/Aunt Lutte, 1987.
16. Gloria Hull, Bell Scott and Barbara Smith, *All the Women Are White, All the Black Are Men, But Some of Us Are Brave : Black Women's Studies*, New York, Feminist Press, 1982.

Tradução de Ricardo Rosas a partir da versão espanhola do francês por "el bollo loco".

Fonte: Multitudes (<http://multitudes.samizdat.net/>).